

BANCO BNP PARIBAS BRASIL S.A.

CNPJ: 01.522.368/0001-82

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

REFERENTE AOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022
E RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES



BNP PARIBAS

O banco
para um mundo
em mudança

ÍNDICE

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	3
RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA	4
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	5
BALANÇO PATRIMONIAL	
Períodos findos em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022	8
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	
Semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022.....	10
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	
Semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022.....	11
DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
Semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022.....	12
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	
Semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022.....	13
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	
Semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022 e exercício findo em 31 de dezembro de 2022.....	14



Em cumprimento às determinações legais e estatutárias, submetemos à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras do Banco BNP Paribas Brasil S.A. ("Sociedade") com os respectivos Relatórios da Administração, dos Auditores Independentes e do seu Comitê de Auditoria, relativos ao semestre findo em 30 de junho de 2023.

Negócios

As operações da Sociedade no Brasil no primeiro semestre de 2023 concentraram-se na oferta de soluções às necessidades dos clientes corporativos e institucionais através da sua plataforma de CIB (*Corporate & Institutional Banking*) colocando, para tanto, à disposição a estrutura do Grupo BNP Paribas no Brasil e no exterior. Além disso, o Banco Central do Brasil aprovou em 1 de agosto de 2023 a proposta de incorporação pela Sociedade do Banco Cetelem S.A. com todos seus ativos e obrigações, sendo que a partir desta data, a Sociedade passará a atender também as atividades relacionadas a financiamentos para pessoas físicas (varejo) e demais contratos firmados com o Banco Cetelem S.A.. A Sociedade mantém sua participação no capital da BNP Paribas Asset Management Brasil Ltda., uma das maiores gestoras de recursos de terceiros do país.

Gestão de Pessoas

A Sociedade mantém programas de desenvolvimento profissionais tais como: auxílio para aprendizado de idiomas e reembolsos educacionais; programas de formação de liderança; *Graduates*, programa de trainees para recém-formados; vagas afirmativas de estágio para estudantes pretos e pardos; e, patrocínio do *DnA Women*, programa de formação de mulheres para o mercado financeiro em conjunto com outros bancos internacionais.

Desempenho Econômico-Financeiro

A Sociedade atua no Brasil com uma plataforma diversificada de produtos e serviços voltada ao atendimento de clientes corporativos e institucionais. Esse modelo diversificado e capacidade de execução permitiu a Sociedade apoiar sua base de clientes com a contínua oferta de crédito, a prestação de serviços especializados, como cash management, administração de recursos de terceiros e custódia, *advisory* em fusões e aquisições, apoio ao comércio exterior, acesso a mercados internacionais, produtos de tesouraria e gestão de riscos. O Banco BNP Paribas Brasil S.A. encerrou o primeiro semestre de 2023 com lucro líquido de R\$106 milhões de reais. Não houve perdas significativas com crédito durante esse período.

Transações ESG Compromissos Socioambientais

O Grupo BNP Paribas, globalmente e no Brasil, reafirma seu compromisso público com os direitos humanos e com o meio ambiente e se destaca por uma atuação forte e pioneira em financiamento sustentável. No primeiro semestre de 2023 fomos reconhecidos, em conjunto com outras entidades legais do Grupo BNP Paribas na América Latina, pelo segundo ano consecutivo como o melhor banco da América Latina para finanças sustentáveis pelo *Euromoney Awards for Excellence*. A *Euromoney* reconheceu os compromissos sociais do BNP Paribas, com a redução gradual das operações de financiamento à exploração de petróleo e gás na Amazônia, ao mesmo tempo em que reforçou suas diretrizes em relação à proteção das florestas e a biodiversidade da região amazônica. Destaca-se também que a Sociedade atuou em inúmeras transações relacionadas ao financiamento sustentável, alinhado com a decisão do Grupo BNP Paribas de promover a transição para uma economia de baixo carbono.

Ouvidoria

Os atendimentos feitos pela Ouvidoria de Clientes desta Sociedade foram todos resolvidos dentro do prazo regulatório. Não houve no período o registro de qualquer reclamação contra a Sociedade junto ao sistema de registro de reclamações do Banco Central Brasil. O mesmo aconteceu em relação à Comissão de Valores Mobiliários e demais entidades supervisoras.

O Banco BNP Paribas Brasil S.A., por meio de sua Diretoria, agradece aos seus clientes e colaboradores pela confiança e apoio recebidos, que possibilitaram à Sociedade alcançar os resultados apresentados em suas demonstrações financeiras do primeiro semestre de 2023.

A Diretoria



O Comitê de Auditoria do Conglomerado Prudencial formado pelo Banco BNP Paribas Brasil S.A. (Banco BNP Paribas) e Banco Cetelem S.A. (Banco Cetelem), apresenta o relatório de suas atividades desenvolvidas no primeiro semestre de 2023.

Seguindo as diretrizes da Resolução do Conselho Monetário Nacional no. 4.910, de 27 de maio de 2021, o Comitê de Auditoria do Conglomerado Prudencial BNP Paribas é composto por cinco membros, sendo três externos e independentes, um deles nomeado Presidente do Comitê.

O Comitê de Auditoria é responsável por avaliar a transparência e a qualidade das demonstrações financeiras, a efetividade do ambiente de controles internos das Sociedades e das suas Auditorias Interna e Externa. As análises e conclusões do Comitê de Auditoria são baseadas única e exclusivamente nas informações recebidas dos organismos de controle existentes nas Instituições. Não há trabalhos de campo realizados pelos membros desse Comitê.

Merece registro o fato de que as atividades do Comitê foram livremente conduzidas por seus membros sem qualquer obstáculo oferecido pela Direção das Sociedades ou por qualquer de seus prepostos. O mesmo ocorreu em relação às auditorias interna e externa, que atestaram ao Comitê terem executado seus trabalhos no período sem qualquer obstáculo, que receberam todas as informações em tempo e forma solicitados, não tendo sido identificadas dificuldade ou restrição neste aspecto.

Com o objetivo de avaliar a efetividade dos processos de controles internos do Banco BNP Paribas e Banco Cetelem, o Comitê de Auditoria recebeu relatórios contendo avaliação sobre a qualidade dos controles executados pelas primeiras e segundas linhas de defesa das Sociedades, bem como o atendimento das recomendações formuladas por sua Auditoria Interna, Auditores Externos e pelos órgãos de Supervisão. Baseado nessa avaliação, o Comitê de Auditoria concluiu que as Sociedades continuam a dispor de processos de controles internos compatíveis com o volume e complexidade de seus negócios.

O Comitê de Auditoria também se reuniu com a Auditoria Interna e as Auditorias Externas, ocasião em que pôde constatar sua independência na execução de seus trabalhos.

Com base nos resultados dos trabalhos realizados pela Auditoria Interna que, entre outros, avalia a efetividade dos sistemas e processos de governança, cumprimento da legislação, gerenciamento de risco, e controles internos e responsabilidades das gerências, o Comitê concluiu também que a Auditoria Interna continua a demonstrar eficiência no atendimento de seus objetivos. O Comitê de Auditoria revisou e aprovou ajustes ao Plano da Auditoria Interna Anual de 2023 do Banco Cetelem, levando em consideração a submissão feita em dezembro de 2022 ao Banco Central do Brasil para incorporação ao Banco BNP Paribas.

Com referência a Resolução 4.557 do Conselho Monetário Nacional, o Diretor responsável pela estrutura de gerenciamento de riscos esclareceu ao Comitê de Auditoria que os riscos que poderiam impactar de modo relevante as demonstrações financeiras do Banco BNP Paribas e do Banco Cetelem foram considerados no exercício de Teste de Estresse em 30 de junho de 2023, resultando em um ratio de Basileia acima do mínimo regulatório.

O Comitê de Auditoria tomou conhecimento que o Banco Central do Brasil aprovou em 1 de agosto de 2023 a proposta do Banco BNP Paribas Brasil de incorporação do Banco Cetelem com todos seus ativos e obrigações. Com a consequente extinção do Banco Cetelem, a partir dessa data, o Comitê de Auditoria analisará as atividades considerando os efeitos da incorporação exclusivamente nas demonstrações financeiras do Banco BNP Paribas.

O Comitê de Auditoria através de discussões com os Contadores responsáveis e membros do departamento de Contabilidade das Sociedades, bem como com os Auditores Externos responsáveis pelas demonstrações financeiras do Banco BNP Paribas (PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.) e Banco Cetelem (Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.) recebeu todas as explicações esperadas acerca das respectivas demonstrações financeiras encerradas em 30 de junho de 2023, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições bancárias autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Com base nisto, o Comitê de Auditoria, em conjunto com os Auditores Externos, concluiu que as referidas demonstrações financeiras apresentavam uma visão verdadeira e justa dos resultados das Sociedades durante o primeiro semestre de 2023, consistentes com o primeiro semestre de 2022, razões pelas quais recomenda às respectivas Diretorias Executivas do Banco BNP Paribas e Banco Cetelem a aprovação das demonstrações financeiras encerradas em 30 de junho de 2023, as quais serão objeto de publicação e divulgação no prazo legal.

São Paulo, 23 de Agosto de 2023

Membros:

Gérard Serge Gil

Eric Raynaud

Philippe Michel Ditisheim

Ricardo Constâncio Vaz Guimarães

Jean-Christophe Pierre François Coquillaud



Aos Administradores e Acionistas
Banco BNP Paribas Brasil S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco BNP Paribas Brasil S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco BNP Paribas Brasil S.A. em 30 de junho de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA

Mensuração da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD)

Conforme divulgado nas Notas 3(f) e 6.2, a determinação do valor da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa é um processo que requer julgamento e utilização de critérios na determinação do risco de crédito por parte da administração e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução no 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e alterações posteriores do BACEN.

A classificação de risco dos clientes é atribuída por meio da utilização de modelo interno da administração.

Essa é uma área que continua a ser definida como foco de auditoria, pois o uso desse julgamento na apuração do valor da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa poderia resultar em variações significativas na estimativa dessa provisão.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos consideraram, entre outros, a atualização do nosso entendimento e a execução de testes de controles relevantes relacionados ao processo de concessão de crédito e operações renegociadas.

Efetuamos, também, em base amostral, (i) testes a fim de observar a integridade da base de dados utilizada para o cálculo da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa; (ii) análise da metodologia descrita em política para atribuição dos níveis de risco ao cliente; (iii) recálculo da provisão com base nessas atribuições de risco e no atraso das operações; e (iv) confronto dos saldos contábeis de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa com os relatórios analíticos.

Realizamos também outros testes em atendimento aos requerimentos da Resolução nº 2.682/99 do CMN, bem como avaliamos os aspectos relacionados às divulgações em notas explicativas.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração na determinação e registro contábil da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa são razoáveis e consistentes e estão alinhados com as informações analisadas em nossa auditoria.



Mensuração do valor justo de determinados instrumentos financeiros derivativos

Conforme divulgado nas Notas 3(e) e 5.2, a mensuração do valor justo de instrumentos financeiros derivativos é uma área que inclui subjetividade, uma vez que depende de técnicas de precificação realizadas com base em modelos internos e que envolvem desenvolvimento e seleção de premissas pela administração para valorização de instrumentos e/ou utilização de dados observáveis.

Continuamos a considerar essa área como foco em nossa auditoria uma vez que o uso de diferentes técnicas de avaliação e/ou premissas podem produzir estimativas de valor justo significativamente diferentes.

Nossos procedimentos consideraram, entre outros, a atualização do nosso entendimento relacionado ao processo de mensuração de instrumentos financeiros derivativos.

Confrontamos os saldos contábeis com os relatórios analíticos que apresentam os saldos por operação, bem como, com apoio de nossos especialistas em precificação de instrumentos financeiros, efetuamos, em base amostral, a reperformance independente dos cálculos de mensuração do valor justo de acordo com práticas de mercado e requerimentos das normas do BACEN em relação a metodologia e dados de mercado utilizados.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração na mensuração do valor justo desses instrumentos financeiros derivativos são razoáveis e estão alinhados com as informações analisadas em nossa auditoria.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.



- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 25 de agosto de 2023

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Fábio de Oliveira Araújo
Contador CRC 1SP241313/O-3



BALANÇO PATRIMONIAL
Em 30 de Junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais)

ATIVO	NOTAS	30.06.2023	31.12.2022
Circulante e Não Circulante		112.453.349	75.633.211
Caixa e equivalentes de caixa		6.602.795	4.825.845
Disponibilidades		505.198	288.458
Aplicações no mercado aberto	(4)	6.064.973	4.450.734
Aplicações em depósitos interfinanceiros	(4)	32.624	86.653
Aplicações interfinanceiras de liquidez	(4)	5.551.819	5.872.615
Aplicações no mercado aberto		289.951	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros		5.234.667	5.781.267
Aplicações em moedas estrangeiras		27.201	91.348
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	(5.1)	30.723.019	27.287.724
Carteira própria		10.285.524	11.216.698
Vinculados a compromissos de recompra		2.167.464	1.479.492
Vinculados à prestação de garantias	(5.2.3)	2.041.396	1.776.933
Títulos objeto de operações compromissadas com livre movimentação		2.373.961	2.399.643
Instrumentos financeiros derivativos		13.854.674	10.414.958
Relações interfinanceiras		5.304	6.712
Pagamentos e recebimentos a liquidar		6	-
Créditos vinculados - depósitos no BACEN		5.298	6.712
Operações de crédito		2.406.493	2.717.824
Setor privado	(6.1)	2.419.081	2.745.099
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	(6.2)	(12.588)	(27.275)
Outros créditos		67.155.144	34.914.951
Carteira de câmbio	(7.1)	64.009.378	31.607.109
Rendas a receber		91.252	57.555
Negociação e intermediação de valores		43.018	43.083
Títulos e créditos a receber	(6.1)	1.628.854	1.639.068
Ativos fiscais correntes e diferidos	(7.2)	740.702	763.882
Diversos	(7.3)	771.113	922.603
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(6.2)	(129.173)	(118.349)
Outros valores e bens		8.775	7.540
Despesas antecipadas		8.775	7.540
Permanente		74.698	80.757
Investimentos		28.959	31.950
Participação em controlada no país	(8)	28.630	31.579
Outros investimentos		329	371
Imobilizado de uso		32.047	35.825
Outras imobilizações de uso		76.190	76.982
Depreciação acumulada		(44.143)	(41.157)
Intangível		13.692	12.982
Ativos intangíveis		37.984	36.527
Amortização acumulada		(24.292)	(23.545)
TOTAL DO ATIVO		112.528.047	75.713.968

As notas explicativas anexas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.



BALANÇO PATRIMONIAL
Em 30 de Junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais)

PASSIVO	NOTAS	30.06.2023	31.12.2022
Circulante e Não Circulante		108.894.033	72.322.196
Depósitos	(9)	11.475.138	9.537.825
Depósitos à vista		825.780	897.134
Depósitos interfinanceiros		1.509.063	1.355.058
Depósitos a prazo		8.913.559	7.039.305
Depósitos em moeda estrangeira		226.736	246.328
Captações no mercado aberto	(10)	6.785.538	6.529.961
Carteira própria		2.183.096	1.482.729
Carteira de terceiros		1.998.565	2.684.622
Carteira de livre movimentação		2.603.877	2.362.610
Recursos de aceites e emissão de títulos	(11)	1.649.805	3.097.811
Obrigações por emissão de letras financeiras		1.091.769	2.252.307
Obrigações por emissão de crédito de agronegócio		-	8.068
Captações por certificado de operações estruturadas		558.036	837.436
Relações interfinanceiras		926	-
Recebimentos e pagamentos a liquidar		926	-
Relações interdependências		129.976	144.894
Recursos em trânsito de terceiros		129.976	144.894
Obrigações por empréstimos e repasses	(12)	10.415.311	10.098.482
Empréstimos no exterior		7.474.200	6.899.224
Repasses do país		65.809	129.997
Repasses do exterior		2.875.302	3.069.261
Instrumentos financeiros derivativos	(5.1)	13.799.570	10.273.972
Instrumentos financeiros derivativos		13.799.570	10.273.972
Outras obrigações		64.637.769	32.639.251
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		1.566	3.933
Carteira de câmbio	(7.1)	61.275.970	29.175.594
Sociais e estatutárias		26.274	24.477
Obrigações fiscais correntes e diferidas	(13.1)	278.195	251.448
Negociação e intermediação de valores		114.071	10.285
Provisão para passivos contingentes	(13.3)	662.843	648.055
Provisão para garantias financeiras prestadas	(21.1)	61.849	61.831
Dívida subordinada	(13.2)	1.852.323	2.051.822
Diversas	(13.4)	364.678	411.806
Patrimônio líquido	(14)	3.634.014	3.391.772
Capital social:		1.754.606	1.754.606
De domiciliados no país		15	15
De domiciliados no exterior		1.754.591	1.754.591
Reservas de lucros		1.748.972	1.743.623
Ajuste de avaliação patrimonial		28.807	(106.457)
Lucros acumulados		101.629	-
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		112.528.047	75.713.968

As notas explicativas anexas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
Para os semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto o lucro por ação)

	<u>NOTAS</u>	<u>30.06.2023</u>	<u>30.06.2022</u>
Receitas da intermediação financeira		1.264.765	1.603.537
Operações de crédito		121.666	229.651
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		2.398.046	2.424.672
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		(1.369.915)	(1.130.557)
Operações de venda ou de transfêrencias de ativos financeiros		114.968	79.771
Despesas da intermediação financeira		(937.231)	(1.295.275)
Operações de captação no mercado		(1.008.628)	(871.128)
Operações de empréstimos e repasses		(184.219)	402.892
Resultado de operações de câmbio		251.753	(714.836)
(Provisão)/ Reversão para créditos de liquidação duvidosa	(6.2)	3.863	(112.203)
Resultado bruto da intermediação financeira		327.534	308.262
Outras receitas (despesas) operacionais		(127.704)	(166.420)
Receitas de prestação de serviços	(15)	201.797	151.561
Despesas de pessoal		(200.027)	(184.078)
Resultado de participação em controlada	(8)	197	3.677
Outras despesas administrativas	(16)	(111.889)	(91.696)
Despesas tributárias	(17)	(35.461)	(23.903)
Resultado de outras provisões	(18)	(24.015)	(36.002)
Outras receitas operacionais	(19.1)	47.974	22.370
Outras despesas operacionais	(19.2)	(6.280)	(8.349)
Resultado operacional		199.830	141.842
Resultado não operacional		(263)	(38)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		199.567	141.804
Imposto de renda e contribuição social	(20)	(20.107)	29.653
Provisão para imposto de renda		-	1.179
Provisão para contribuição social		-	724
Ativo fiscal diferido		(20.107)	27.750
Participações no lucro		(72.482)	(93.578)
Lucro líquido dos semestres		106.978	77.879
Lucro líquido por ação - em R\$		452,47	329,39

As notas explicativas anexas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
Para os semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	<u>30.06.2023</u>	<u>30.06.2022</u>
Lucro líquido	106.978	77.879
Ativos financeiros disponíveis para venda:	<u>135.264</u>	<u>(24.893)</u>
Variação de valor justo	297.450	(46.461)
(Perdas) transferidos ao resultado por alienação	(51.515)	(1.047)
Efeito fiscal	(110.671)	22.615
Outros resultados abrangentes dos semestres	<u>135.264</u>	<u>(24.893)</u>
Total do resultado abrangente	<u><u>242.242</u></u>	<u><u>52.986</u></u>

As notas explicativas anexas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Página 11



BNP PARIBAS

O banco
para um mundo
em mudança

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Para os semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de lucros		Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total do Patrimônio líquido
		Legal	Estatutária			
Saldos em 31 de dezembro de 2021	<u>1.754.606</u>	<u>206.622</u>	<u>1.286.206</u>	<u>(135.758)</u>	<u>-</u>	<u>3.111.676</u>
Ajuste ao valor de mercado - TVM's						
Títulos disponíveis para venda	-	-	-	(24.893)	-	(24.893)
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	77.879	77.879
Destinações:						
Reserva legal	-	3.894	-	-	(3.894)	-
Saldos em 30 de junho de 2022	<u>1.754.606</u>	<u>210.516</u>	<u>1.286.206</u>	<u>(160.651)</u>	<u>73.985</u>	<u>3.164.662</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2022	<u>1.754.606</u>	<u>219.822</u>	<u>1.523.801</u>	<u>(106.457)</u>	<u>-</u>	<u>3.391.772</u>
Ajuste ao valor de mercado - TVM's						
Títulos disponíveis para venda	-	-	-	135.264	-	135.264
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	106.978	106.978
Destinações:						
Reserva legal	-	5.349	-	-	(5.349)	-
Saldos em 30 de junho de 2023	<u>1.754.606</u>	<u>225.171</u>	<u>1.523.801</u>	<u>28.807</u>	<u>101.629</u>	<u>3.634.014</u>

As notas explicativas anexas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Página 12

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
Para os semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	30.06.2023	30.06.2022
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro/(Prejuízo) líquido ajustado	171.997	(61.852)
Lucro líquido	106.978	77.879
Depreciações e amortizações	4.950	6.169
Resultado de participação em controlada	(197)	(3.677)
Ajuste ao valor de mercado - TVM's	(27.532)	(358.615)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(3.863)	112.203
Provisão/(Reversão) para garantias e fianças prestadas	18	9.243
Provisão para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas, atualização monetária de depósitos judiciais e impostos e contribuições a compensar	(6.842)	6.314
Tributos diferidos	20.107	(27.750)
Participações nos lucros e bônus	72.482	93.578
Provisão - outras	11.076	29.297
Receita de prestação de serviços não recebidos	(5.134)	(6.327)
Diversos	(46)	(166)
Variação de ativos e obrigações	1.824.314	1.272.520
(Aumento) Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	541.011	(658.294)
(Aumento) Redução em títulos e valores mobiliários e derivativos	260.728	(997.898)
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras	2.334	(5.188)
(Aumento) Redução em relações interdependências	(14.918)	(167.966)
(Aumento) Redução em operações de crédito	326.184	214.082
(Aumento) Redução em outros créditos	(30.297.621)	1.815.533
(Aumento) Redução em outros valores e bens	(1.235)	4.171
Aumento (Redução) em depósitos	1.935.836	980.334
Aumento (Redução) em captações no mercado aberto	255.577	183.201
Aumento (Redução) em recursos de aceites e emissão de títulos	(1.448.308)	329.271
Aumento (Redução) em sociais e estatutária - PLR	(10.290)	(13.771)
Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	314.162	1.616.999
Aumento (Redução) em outras obrigações	29.960.854	(2.027.954)
CAIXA LÍQUIDO GERADO (APLICADO) NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	1.996.311	1.210.668
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
(Aquisição) Alienação de investimentos	42	-
(Aquisição) Alienação de imobilizado de uso	(422)	(5.961)
(Aquisição) Alienação de intangível	(1.460)	(725)
Dividendos recebidos	3.146	3.330
CAIXA LÍQUIDO GERADO (APLICADO) NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	1.306	(3.356)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	-	(119.000)
Aumento (Redução) de obrigações em dívida subordinada	(220.667)	(593.021)
CAIXA LÍQUIDO GERADO (APLICADO) NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	(220.667)	(712.021)
Variação de caixa e equivalente de caixa	1.776.950	495.291
No início do período	4.825.845	3.359.227
No fim do período	6.602.795	3.854.518
VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	1.776.950	495.291

As notas explicativas anexas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.



(Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco BNP Paribas Brasil S.A. ("Banco") é uma Sociedade Anônima Fechada com sede domiciliada na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1909, 10º andar. O Banco pertence ao Grupo BNP Paribas e tem como seu controlador direto o BNP Paribas S.A., com sede em Paris, França. É a instituição líder do Conglomerado Financeiro e Prudencial perante o Banco Central do Brasil. O Banco está autorizado a operar como banco múltiplo, a desenvolver suas operações por meio das carteiras comercial, de arrendamento mercantil, de câmbio e de investimento.

As Demonstrações Financeiras elaboradas para o semestre findo em 30 de junho de 2023 foram aprovadas pela Diretoria em 24 de agosto de 2023.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Financeiras do Banco foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN de acordo com as normas estabelecidas e pela Lei das Sociedades por Ações, incluindo as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 normatizadas pelo BACEN, apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A elaboração das Demonstrações Financeiras exige que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: i) provisão para operações de crédito e outros créditos de liquidação duvidosa; ii) ativos fiscais correntes e diferidos; iii) provisão para passivos contingentes; iv) instrumentos financeiros derivativos e v) resultado de outras provisões. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas.

Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de contabilidade ("IFRS"), o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu diversos pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, entretanto, somente alguns foram homologados pelo BACEN.

Com relação aos seguintes pronunciamentos aprovados através das Resoluções CMN's nº 4.748 e nº 4.818:

- CPC 46 - Mensuração do Valor Justo: A completa adoção depende do IFRS 9 homologado pelo BACEN;
- CPC 41 - Resultado por Ação: O Banco não adotou o CPC por não ser companhia aberta conforme facultado pelo BACEN.

Conforme determina o parágrafo único do artigo 7º da Circular nº 3.068, de 08.11.2001, do BACEN, os títulos e valores mobiliários classificados como títulos para negociação são apresentados na nota explicativa 5.1 como curto prazo independentemente de suas datas de vencimentos.

Apresentação das Demonstrações Financeiras

A Resolução CMN nº 4.818 e a Resolução BCB nº 2 estabelecem os critérios gerais e procedimentos para a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras.

Os normativos acima exigiram informações adicionais na apresentação das Demonstrações Financeiras, dentre as quais destacamos:

a) Apresentação por ordem de liquidez e dos saldos comparativos

As contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade. Os saldos entre Circulante e não Circulante estão demonstrados nas notas explicativas.

O Balanço Patrimonial é apresentado comparativamente à posição patrimonial do final do exercício social imediatamente anterior. Porém as Demonstrações de Resultado, Resultado Abrangente, Mutações do Patrimônio Líquido e Fluxo de Caixa são comparadas com as relativas aos mesmos períodos sociais anterior para as quais foram apresentadas.

b) Notas explicativas

Inclusão das Notas Explicativas: "nº 22.5 Política de Teste de Estresse", e da Nota "3.(o) e nº 19.3 Resultado não Recorrente" em atendimento a Resolução BCB nº 02.

c) Outras informações

O Banco, de acordo com a Resolução BCB nº 2, está apresentando a Demonstração do Resultado Abrangente (DRA). O Banco incluiu na nota "nº 23 - Gestão de Capital" dados quantitativos relevantes sobre os elementos incluídos na gestão do Capital, bem como a indicação do cumprimento dos limites e requisitos de Capital.



3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério "pro rata" dia e calculadas com base no método exponencial. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

b) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 4.818/20, incluem recursos em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor, com conversibilidade imediata ou com prazo de vencimento original igual ou inferior a 90 dias.

c) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são apresentadas pelo valor de aplicação, líquidas dos custos de transação incorridos, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

d) Títulos e Valores Mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção da Administração, nas seguintes categorias:

- Títulos para negociação - Títulos e Valores Mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. Os títulos classificados como para negociação são apresentados no curto prazo, independente de seu vencimento, avaliados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.
- Títulos disponíveis para venda - Títulos e Valores Mobiliários que poderão ser negociados, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, avaliados pelo valor de mercado em contrapartida a conta destacada do Patrimônio Líquido - Ajuste de Avaliação Patrimonial - líquido dos efeitos tributários, sendo transferido para o resultado do período quanto da efetiva realização, através da venda definitiva dos respectivos valores mobiliários. Os declínios no valor de mercado dos títulos disponíveis para venda dos seus custos atualizados, relacionados a razões consideradas não temporárias, são refletidos no resultado como perdas realizadas.
- Títulos mantidos até o vencimento - Títulos e Valores Mobiliários para os quais haja intenção ou obrigatoriedade e capacidade financeira da instituição para sua manutenção em carteira até o vencimento. O Banco não possui títulos classificados na categoria mantidos até o vencimento em 30 de junho de 2023 e 2022.

e) Instrumentos Financeiros Derivativos (ativos e passivos)

Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelo valor justo, e são classificados, na data de sua aquisição, de acordo com a intenção da administração em utilizá-los como instrumento de proteção "hedge" ou não, conforme a Circular nº 3.082, de 30.01.2002, do BACEN.

As operações que utilizam instrumentos financeiros que não atendam aos critérios de proteção são contabilizados pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado.

Os derivativos utilizados para proteger exposições a risco são classificados como "hedge" de acordo com sua natureza:

- "Hedge" de Risco de Mercado - são destinados a mitigar os riscos decorrentes da exposição à variação no valor justo do item objeto de "hedge". Os ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados são contabilizados pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado;
- "Hedge" de Fluxo de Caixa - são destinados a mitigar a variação no fluxo de caixa futuro estimado. A parcela efetiva de "hedge" dos ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados, é contabilizada pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, deduzidos quando aplicável, dos efeitos tributários, reconhecidos em conta específica de reserva no Patrimônio Líquido. A parcela não efetiva do "hedge" é reconhecida diretamente na demonstração do resultado.

O impacto da marcação ao valor justo dos objetos de "hedge" está demonstrado na nota nº 5.2.4.



f) Operações de Crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

As operações de crédito são registradas a valor presente, calculadas “pro rata” dia com base na variação do indexador e na taxa de juros contratuais.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações de crédito são classificadas de acordo com o modelo interno que considera o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99 e alterações posteriores do BACEN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (perda).

As operações classificadas como nível H permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. Admite-se a reclassificação para categoria de menor risco quando houver amortização significativa da operação ou quando fatos novos relevantes justificarem a mudança do nível de risco. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível H e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

As operações de aquisição/cessão de crédito são registradas com base na Resolução CMN nº 3.533, de 31 de janeiro de 2008, de acordo com o que determina se a compra ou a venda da carteira foi com retenção ou sem retenção substancial dos riscos.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, considerada adequada pela Administração, é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e leva em consideração as normas e instruções do CMN e do BACEN, associadas às avaliações realizadas pela Administração na determinação dos riscos de crédito.

As provisões são constituídas a partir da concessão do crédito, baseadas nas classificações de risco e função da análise periódica da qualidade do cliente e dos setores de atividade, e não apenas quando da ocorrência de inadimplência.

As modalidades, valores, prazos, níveis de risco, concentração, setor da atividade econômica, renegociação, bem como a composição das contas patrimoniais da provisão para créditos de liquidação duvidosa estão apresentados na nota nº 6.

g) Investimentos

O investimento em controlada é avaliado pelo método da equivalência patrimonial, e os outros títulos patrimoniais são avaliadas pelo custo de aquisição, deduzido, quando aplicável, de provisão para perda.

h) Imobilizado de Uso

O ativo imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, de acordo com a vida útil estimada dos bens. As principais taxas anuais são 20% para equipamentos de processamento de dados e 10% para outros bens.

i) Ativo Intangível

O ativo intangível é registrado ao custo de aquisição ou formação, deduzido das respectivas amortizações acumuladas, calculadas pelo método linear. A amortização é calculada pelo prazo de cinco anos ou pelo prazo de contrato de locação, no caso de benfeitorias em imóveis de terceiros.

j) Redução ao Valor Recuperável

A redução do valor recuperável dos ativos financeiros e não financeiros - “impairment” - é reconhecida como perda quando o valor de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa registrado contabilmente for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa, substanciais, independentemente de outros ativos ou grupos de ativos. As perdas por “impairment”, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Os valores dos ativos financeiros e não financeiros são objeto de revisão periódica, no mínimo anual, para determinar se existe alguma indicação de perda no valor recuperável ou de realização destes ativos.

k) Depósitos, Captações no Mercado Aberto, Recursos de Aceites e Emissão de Títulos e Obrigações por Empréstimos e Repasses

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base “pro rata” dia.

l) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais, Fiscais e Previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias foram efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823 de 16.12.2009 da seguinte forma:

- Ativos Contingentes - não são reconhecidos nas Demonstrações Financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro exigível.



- Contingências Passivas - são reconhecidas nas Demonstrações Financeiras quando, baseada na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis são divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não são passíveis de provisão ou divulgação. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada apesar da incerteza inerente ao prazo e valor.
- Obrigações Legais, Fiscais e Previdenciárias - referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas Demonstrações Financeiras, e atualizados de acordo com a legislação vigente. Embora a Carta Circular Bacen nº 3.429 de 11.02.2010 tenha sido revogada pela IN nº 319 de 04.11.2022, o procedimento foi mantido, tendo em vista não haver fato novo atrelado aos processos cujos montantes já haviam sido registrados.

Os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, sem a dedução das provisões para passivos contingentes, em atendimento às normas do BACEN.

Detalhamento dos Passivos Contingentes estão apresentados na nota nº 13.3.

m) Imposto de Renda e Contribuição Social

A provisão para imposto de renda é constituída com base nos rendimentos tributáveis, pela alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% para lucros que excederem a R\$240 no exercício e a contribuição social à alíquota de 20%.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, após análise de realização, são calculados sobre as adições temporárias, prejuízos fiscais e base negativa. Os tributos passivos diferidos são calculados sobre as exclusões temporárias e de acordo com a regulamentação em vigor expedida pelo Banco Central do Brasil. Os ativos e passivos tributários diferidos foram constituídos considerando a alíquota consolidada de 45% sobre os créditos tributários.

Para o exercício de 2022, a Medida Provisória nº 1.115 de 2022, convertida na Lei nº 14.446 de 2022, majorou a alíquota da contribuição social sobre o lucro líquido de 20% para 21% (de agosto a dezembro de 2022) e retornou para 20% a partir de 1º de janeiro de 2023.

n) Garantias Prestadas a Terceiros

As garantias prestadas a terceiros, compreendendo avais, fianças e outros estão registradas em contas de compensação.

o) Resultado Recorrente e não Recorrente

Resultado recorrente corresponde às atividades típicas da instituição e tem previsibilidade de ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O resultado não recorrente é o resultado que esteja relacionado com as atividades atípicas da instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Os resultados estão apresentados na nota nº 19.3 - Resultado Não Recorrente.

p) Implementação da Resolução CMN nº 4.966/21

O plano para implementação da Resolução CMN nº 4.966 de 25 de novembro de 2021, que dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção, foi aprovado pela Diretoria em 5 de dezembro de 2022.

4. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Abaixo segue a composição de Aplicações interfinanceiras de liquidez em 30 de junho de 2023.

Descrição	30.06.2023				Total	31.12.2022
	0-30	31-180	181-360	Acima de 360		Total
Posição Bancada	4.066.407	6.884	-	-	4.073.291	1.766.111
Posição Financiada	1.998.566	-	-	-	1.998.566	2.684.623
Posição Vendida	-	283.067	-	-	283.067	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros	236.565	878.098	717.791	3.434.837	5.267.291	5.867.920
Aplicações em moedas estrangeiras	-	-	27.201	-	27.201	91.348
Total	6.301.538	1.168.049	744.992	3.434.837	11.649.416	10.410.002
Curto prazo					8.214.579	6.898.375
Longo prazo					3.434.837	3.511.627



5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (ATIVOS E PASSIVOS)

Apresentamos a seguir a composição dos Títulos e Valores Mobiliários e de Instrumentos Financeiros Derivativos, já ajustados aos respectivos valores de mercado:

5.1 Resumo da classificação dos Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos por categoria e vencimento

	30.06.2023									31.12.2022
	Ajuste a mercado				Por Vencimento					Valor de Mercado
	Valor de custo/contrato	Resultado	Patrimônio Líquido	Valor de Mercado	Sem Vencimento	0-30	31-180	181-360	Acima de 360	
Títulos para negociação										
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	93.774	155	-	93.929	-	-	-	22.854	71.075	107.075
Letras do Tesouro Nacional - LTN	732.473	1.888	-	734.361	-	501.408	774	14.337	217.842	3.231.529
Notas do Tesouro Nacional - NTN	2.087.291	19.189	-	2.106.480	-	-	-	-	2.106.480	1.030.836
Cotas de Fundo de Investimento (*)	5.266.390	(458)	-	5.265.932	5.265.932	-	-	-	-	4.167.625
	8.179.928	20.774	-	8.200.702	5.265.932	501.408	774	37.191	2.395.397	8.537.065
Títulos disponíveis para venda										
Letras Financeira do Tesouro - LFT	-	-	-	-	-	-	-	-	-	758
Letras do Tesouro Nacional - LTN (**)	2.448.565	3.577	66.809	2.518.951	-	199.898	-	115.903	2.203.150	2.417.099
Notas do Tesouro Nacional - NTN (**)	1.724.863	3.878	(3.235)	1.725.506	-	-	-	-	1.725.506	2.023.723
Debêntures (**)	2.180.410	(5.071)	(10.532)	2.164.807	-	329.728	5.071	-	1.830.008	1.647.431
Nota Soberana (**)	1.024.905	385	(1.406)	1.023.884	-	768.666	255.218	-	-	1.016.075
Ações em Companhia Fechada	2.128	-	684	2.812	2.812	-	-	-	-	2.812
Cota FILCB	44.006	-	-	44.006	44.006	-	-	-	-	41.251
Nota Promissória	1.187.680	-	(3)	1.187.677	-	-	-	-	1.187.677	1.186.552
	8.612.557	2.769	52.317	8.667.643	46.818	1.298.292	260.289	115.903	6.946.341	8.335.701
Subtotal de títulos do ativo	16.792.485	23.543	52.317	16.868.345	5.312.750	1.799.700	261.063	153.094	9.341.738	16.872.766
Instrumentos financeiros derivativos - Ativo										
Operações de opções	205.912	(24.506)	-	181.406	-	21.993	94.696	25.469	39.248	148.234
Operações a termo	9.247.303	(712.287)	(1)	8.535.015	-	5.865.972	1.149.145	495.116	1.024.782	6.386.025
Operações de "swap"	4.206.455	931.798	-	5.138.253	-	92.485	217.120	1.603.849	3.224.799	3.880.699
	13.659.670	195.005	(1)	13.854.674	-	5.980.450	1.460.961	2.124.434	4.288.829	10.414.958
TOTAL DO ATIVO	30.452.155	218.548	52.316	30.723.019	5.312.750	7.790.292	1.711.882	2.277.528	13.630.567	27.287.724
Curto prazo				19.487.849						16.665.483
Longo prazo				11.235.170						10.622.241
Instrumentos financeiros derivativos - Passivo										
Operações de opções	391.934	(116.918)	-	275.016	-	22.399	122.222	30.271	100.124	215.420
Operações a termo	9.243.644	(702.366)	-	8.541.278	-	5.872.242	1.149.141	495.113	1.024.782	6.399.368
Operações de "swap"	4.016.698	966.578	-	4.983.276	-	412.309	243.646	1.666.113	2.661.208	3.659.184
	13.652.276	147.294	-	13.799.570	-	6.306.950	1.515.009	2.191.497	3.786.114	10.273.972
Curto prazo				10.013.456						6.521.458
Longo prazo				3.786.114						3.752.514

(*) Para informações sobre o Fundo de Investimento vide nota 5.3.

(**) Os ajustes a mercado no resultado dos instrumentos classificados como disponíveis para venda foram objetos de "Hedge" de "Risco de Mercado" vide nota 5.2.4.



Os Títulos e Valores Mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo é calculado com base em cotações de preços divulgados pelo mercado, por modelos de precificação, pelo fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para quais a determinação do valor justo pode exigir julgamento ou estimativa por parte da Administração.

5.2 Instrumentos financeiros derivativos

O Banco tem como política administrar os riscos resultantes de operações com derivativos, evitando assumir posições expostas a flutuações de fatores de mercado e operando apenas instrumentos que permitam o controle de riscos.

A maior parte dos contratos de derivativos negociados pela instituição com clientes no Brasil refere-se a operações de "swap", termos, opções e futuros, registradas na B3 (Brasil, Bolsa, Balcão).

A contabilização é realizada como segue:

- **Operações de "swap"** - o diferencial a receber ou a pagar é contabilizado em conta de ativo ou passivo, respectivamente, apropriado como receita ou despesa "pro rata" até a data do balanço. O valor justo dos "swaps" é determinado utilizando-se técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado com base em taxas divulgadas pelo mercado.
- **Operações a termo** - pelo valor final do contrato deduzido da diferença entre esse valor e o preço à vista do bem ou direito, reconhecendo as receitas e despesas em razão da fluência do prazo dos contratos até a data do balanço. O valor justo dos contratos a termo é determinado utilizando-se técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado com base em taxas divulgadas pelo mercado.
- **Operações com opções** - os prêmios pagos ou recebidos são contabilizados no ativo ou passivo, respectivamente, até o efetivo exercício da opção, e contabilizado como redução ou aumento do custo do bem ou direito, pelo efetivo exercício da opção, ou no resultado, no caso de não exercício. O valor justo das opções é determinado com base em modelos matemáticos, tais como "Black & Scholes", usando curvas de rendimento, volatilidades implícitas e o valor justo do ativo correspondente.
- **Operações de futuros** - o valor dos ajustes diários é contabilizado em conta de ativo ou passivo, sendo apropriado mensalmente como receita ou despesa. O valor justo dos futuros é determinado utilizando-se as taxas divulgadas pela B3 (Brasil, Bolsa, Balcão).

5.2.1 Composição do valor nominal dos derivativos por contraparte

Valor nominal por contraparte	B3 (BRASIL, BOLSA, BALCÃO)						Valor nominal 30.06.2023	Valor nominal 31.12.2022
	SISTEMA C E T I P				SISTEMA BM&FBovespa			
	Pessoa física	Pessoa jurídica	Instituições financeiras	Investidores institucionais	Câmaras de liquidação			
Operações com opções	2.653	4.167.664	255.722	4.240.862	-	8.666.901	9.740.903	
Comprada	-	2.161.100	87.818	1.991.521	-	4.240.439	4.729.460	
Vendida	2.653	2.006.564	167.904	2.249.341	-	4.426.462	5.011.443	
Operações com "swap"	-	18.227.677	51.305.289	73.994.862	1.307.214	144.835.042	104.033.783	
"Swap"	-	18.227.677	51.305.289	73.994.862	1.307.214	144.835.042	104.033.783	
Operações com futuros	-	-	-	-	30.284.761	30.284.761	35.392.404	
Comprada	-	-	-	-	11.532.498	11.532.498	17.401.646	
Vendida	-	-	-	-	18.752.263	18.752.263	17.990.758	
Operações a termo	-	28.232.813	1.535.499	29.334.098	-	59.102.410	52.861.722	
Comprada	-	13.483.579	983.963	15.086.341	-	29.553.883	26.164.755	
Vendida	-	14.749.234	551.536	14.247.757	-	29.548.527	26.696.967	
Total						242.889.114	202.028.812	

5.2.2 Composição do valor nominal dos derivativos por indexador

Composição por indexador	Valor a receber	Valor a pagar	Valor nominal 30.06.2023	Valor nominal 31.12.2022
Operações com Opções	181.406	275.016	8.666.901	9.740.903
Compra de opção de:	181.406	-	4.240.439	4.729.460
Compra de Dólar	12.252	-	2.308.388	2.552.148
Venda de Dólar	169.154	-	1.932.051	2.177.312
Venda de opção de:	-	275.016	4.426.462	5.011.443
Compra de Dólar	-	12.252	2.308.389	2.552.149
Compra de Ações	-	92.350	185.073	281.982
Venda de Dólar	-	169.192	1.932.051	2.177.312
Venda de Ações	-	1.222	949	-



Composição por indexador	Valor a receber	Valor a pagar	Valor nominal	Valor nominal
			30.06.2023	31.12.2022
Operações com "Swap"	5.138.253	4.983.276	144.835.042	104.033.783
Ações x DI	14.436	175.692	636.814	999.201
Ações x PRE	265.900	11.779	2.676.873	3.291.175
Cupom de Dólar x Cupom de Dólar	51.079	51.079	4.682.230	7.912.829
Cupom de Dólar x Cupom de Euro	-	3.628	109.154	109.154
Cupom de Dólar x Cupom de IENE	67.719	-	750.584	-
Cupom de Dólar x DI	20.479	1.824.016	16.712.273	18.492.462
Cupom de Dólar x LIBOR	-	214.250	3.004.380	338.817
Cupom de Dólar x PRE	-	593.282	2.441.489	2.243.534
Cupom de Euro x DI	198	530.723	4.073.290	2.793.829
DI x Ações	9.061	-	26.682	90.799
DI x Cupom de Dólar	1.514.573	41.820	7.903.615	9.229.718
DI x Cupom de Euro	530.723	198	4.073.290	2.793.829
DI x Índice de Preço	-	59.727	204.024	204.024
DI x PRE	1.414.744	56.154	43.248.896	24.450.096
Índice de Preço x DI	59.727	-	204.024	204.024
Cupom de IENE x DI	-	113.526	619.744	-
DI x Cupom de IENE	113.526	-	619.744	-
Cupom de IENE x Cupom de Dólar	-	12.892	250.500	-
PRE x Ações	3.900	265.900	2.651.253	3.265.380
PRE x Cupom de Dólar	589.821	-	2.487.305	2.289.350
PRE x DI	187.129	946.703	42.870.014	23.777.105
LIBOR x Cupom de Dólar	213.284	-	2.869.692	338.817
LIBOR x DI	-	81.907	859.586	604.820
DI x LIBOR	81.954	-	859.586	604.820
Operações com Futuros	-	-	30.284.761	35.392.404
Operações com futuros - Comprada	-	-	11.532.498	17.401.646
Cupom cambial - DDI	-	-	5.583.669	4.275.881
DI	-	-	5.948.829	12.407.029
Moedas	-	-	-	718.736
Operações com futuros - Vendida	-	-	18.752.263	17.990.758
Cupom cambial - DDI	-	-	19.114	2.092.141
DI	-	-	15.005.004	13.981.987
Moedas	-	-	3.728.145	1.916.630
Operações a Termo	8.535.015	8.541.278	59.102.410	52.861.722
Operações a termo - Comprada	3.400.527	6.338.100	29.553.883	26.164.755
Moeda	32.220	2.914.659	28.163.547	25.367.515
Títulos Públicos	3.357.449	3.357.128	-	-
Commodities	10.858	66.313	1.390.336	797.240
Operações a termo - Vendida	5.134.488	2.203.178	29.548.527	26.696.967
Moeda	2.913.389	36.755	28.158.231	25.899.727
Títulos Públicos	2.154.778	2.155.564	-	-
Commodities	66.321	10.859	1.390.296	797.240
Total	13.854.674	13.799.570	242.889.114	202.028.812
Curto prazo	9.565.845	10.013.456		
Longo prazo	4.288.829	3.786.114		

5.2.3 Valor de margens de garantia dos instrumentos financeiros derivativos

Para as operações com instrumentos financeiros derivativos, efetuadas junto à B3 (Brasil, Bolsa, Balcão) e de operação de câmbio efetuadas junto à "clearing" de câmbio, foram requeridas margens de garantia em títulos públicos, no valor de R\$2.041.396 (R\$1.776.933 em 12.2022).



5.2.4 Instrumentos financeiros derivativos utilizados como "Hedge"

Em 30 de junho de 2023, o Banco possuía as seguintes posições:

"Hedge" de Risco de Mercado

Instrumento			Objeto de "Hedge"					31.12.2022
Produto	Vencimento	Valor referencial	Produto	Indexador	Valor de curva	Valor de mercado	Ajuste no resultado	Valor de mercado
DDI Futuro	04/01/2027	947.940	Instrumento de dívida subordinada Res. 4.192	Dólar	1.067.046	947.756	(21.168)	1.070.195
DDI Futuro	02/01/2029	1.108.812	Títulos Perpétuo	Dólar	1.194.353	1.108.434	(6.110)	631.838
DDI Futuro	-	-	Títulos Perpétuo - Pendente autorização do BACEN	Dólar	-	-	(3.554)	597.844
DI Futuro	01/03/2024	71.232	Empréstimo - Capital de Giro	Pré-fixadas	71.050	71.232	165	108.445
DI Futuro	01/10/2024	506.146	Certificados de depósitos bancários	Pré-fixadas	504.948	506.146	(1.477)	378.078
DI Futuro	02/10/2023	1.022.360	Debêntures	Pré-fixadas	1.027.431	1.022.360	9.997	959.517
DI Futuro	02/10/2023	905.763	Obrigação Empréstimos Exterior - Vinculado a Res. 4131	Pré-fixadas	905.523	905.763	(499)	850.159
DI Futuro	02/10/2023	1.022.360	Repasses Exterior Debêntures Res. 2921	Pré-fixadas	1.027.431	1.022.360	(9.997)	959.517
DI Futuro	02/10/2023	1.012.645	Nota Soberana	Pré-fixadas	1.012.260	1.012.645	(137)	950.479
DI Futuro	01/04/2024	40.378	Letras financeiras	Pré-fixadas	40.172	40.377	(302)	37.748
DI Futuro	02/01/2025	280.260	Títulos - NTN	Pré-fixadas	276.381	280.260	14.626	102.425
DI Futuro	02/01/2025	536.328	Títulos - LTN	Pré-fixadas	532.751	536.328	9.622	796.609
DI Futuro	03/04/2028	551.579	Certificado de operações estruturadas	Pré-fixadas	553.885	551.577	(15.525)	829.098
DI Futuro	02/01/2029	4.774.416	Certificado de depósito interfinanceiro	Pré-fixadas	4.677.116	4.774.414	220.215	5.310.549

A efetividade apurada para a carteira de "hedge" em 30 de junho de 2023, estava em conformidade com o estabelecido pelo BACEN e não foi identificada nenhuma parcela inefetiva.

"Hedge" de Fluxo de Caixa

Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, o Banco não possuía operações de "hedge" de fluxo de caixa.

5.3 Outras Informações - Cotas de Fundo de Investimento

As cotas do fundo de investimento multimercado estão representadas por aplicações do Banco em fundo exclusivo do Grupo BNP Paribas - BNP Paribas Proprietário Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado Investimento no Exterior.

Abaixo apresentamos a composição do Fundo de Investimento:

Descrição	30.06.2023	31.12.2022
Disponibilidades	1.291	-
Aplicações interfinanceiras de liquidez	2.613.073	2.971.400
Instrumentos financeiros derivativos (*)		
- Operações com "Swap"	3.120.580	1.506.396
- Operações com Opções	(118.703)	(29.055)
- Operações com Futuro	(184.023)	83.814
- Operações com Termo	(177.232)	(368.241)
Diversos a receber / (a pagar)	10.946	3.311
Patrimônio líquido do fundo	5.265.932	4.167.625

(*) O saldo considera os ajustes por equalização de práticas contábeis.

O valor de referência dos contratos dos instrumentos financeiros derivativos, que compõem a carteira do fundo e são registrados na B3 (Brasil, Bolsa, Balcão), está contabilizado em contas de compensação, conforme abaixo:

Indexador	"Swap"	Termo	Futuros	Opções	Total
Moeda estrangeira	28.794.224	3.609.075	14.800.460	4.240.439	51.444.198
Taxa de juros	47.851.366	24.685.256	55.028.912	-	127.565.534
Outros	3.027.203	240.018	-	-	3.267.221
Total 30.06.2023	79.672.793	28.534.349	69.829.372	4.240.439	182.276.953
Total 31.12.2022	55.519.900	26.205.745	49.597.615	4.729.461	136.052.721



6. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Apresentamos a seguir as informações relativas às operações de crédito, que inclui adiantamentos sobre contratos de câmbio.

6.1 Carteira de operação de crédito

6.1.1 Composição por operação e por nível de risco

"Rating"	30.06.2023						31.12.2022
	Empréstimos e Títulos Descontados	Financiamento	Financiamento Rural e Agroindustriais	Adiantamento sobre Contratos de Câmbio (**)	Títulos de Créditos a Receber (*)	Total	Total
AA	1.556.794	258.855	-	1.838.601	1.175.012	4.829.262	4.617.393
A	77.334	204.488	47.320	507.417	125.673	962.232	1.367.444
B	113.278	76.850	79.371	428.515	327.994	1.026.008	442.504
C	4.791	-	-	-	175	4.966	202.414
H	-	-	-	101.969	-	101.969	102.150
Total 30.06.2023	1.752.197	540.193	126.691	2.876.502	1.628.854	6.924.437	6.731.905
PDD	6.961	3.691	1.936	118.803	10.370	141.761	145.624
Curto prazo - empréstimos						5.676.886	5.489.182
Longo prazo - empréstimos						1.247.551	1.242.723
Curto prazo - PDD						134.224	128.608
Longo prazo - PDD						7.537	17.016

(*) Não houve cessão de crédito no primeiro semestre de 2023 e exercício de 2022 da carteira de Títulos de Créditos a Receber, sem retenção de riscos e benefícios.

(**) As operações de Adiantamento sobre contratos de câmbio estão contabilizadas em conta de Outros créditos (vide nota 7.1).

6.1.2 Composição por setor de atividade

Descrição	30.06.2023		31.12.2022	
	Total	%	Total	%
Setor privado:				
Indústria	1.936.456	27,97	1.950.013	28,97
Comércio	300.372	4,34	417.099	6,19
Serviço	4.654.871	67,22	4.321.261	64,19
Pessoa Física	-	-	5.256	0,08
	6.891.699	99,53	6.693.629	99,43
Setor público:				
Governo Federal	32.738	0,47	38.276	0,57
	32.738	0,47	38.276	0,57
Total	6.924.437	100,00	6.731.905	100,00

6.1.3 Composição por vencimento

Descrição	30.06.2023		31.12.2022	
	Total	%	Total	%
A vencer:				
Até 180 dias	3.458.032	49,93	4.449.501	66,10
De 181 a 360 dias	2.113.041	30,52	936.677	13,91
Acima de 360 dias	1.247.550	18,02	1.242.723	18,46
Vencidos:				
Até 14 dias	3.845	0,06	103.004	1,53
Vencidas de 61 a 360 dias	101.969	1,47	-	-
Total	6.924.437	100,00	6.731.905	100,00

6.2 Provisão para operações de crédito e outros créditos de liquidação duvidosa

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é assim resumida:

Descrição	30.06.2023	30.06.2022
Saldo inicial do semestre	145.624	50.558
Constituição da provisão	14.468	131.163
Reversão da provisão	(18.331)	(18.960)
Saldo final do semestre	141.761	162.761
Provisão específica	117.190	125.575
Provisão prudencial	24.571	37.186

No semestre findo em 30 de junho de 2023, não houve recuperação de crédito baixado como prejuízo (R\$115.885 em 06.2022), e não ocorreram valores baixados para prejuízo em 2023 e 2022.

Em 30 de junho de 2023 existiam contratos renegociados no valor de R\$827.837 (R\$1.532.493 em 06.2022).



7. OUTROS CRÉDITOS

7.1 Carteira de câmbio

Abaixo segue a composição da carteira de câmbio em 30 de junho de 2023.

	30.06.2023	31.12.2022
ATIVO		
Câmbio comprado a liquidar	33.106.322	16.917.518
Direitos sobre venda de câmbio	30.842.798	14.626.362
Adiantamentos em moeda nacional	(126)	-
Rendas a receber de adiantamentos concedidos	(6.1) 60.384	63.229
Total	64.009.378	31.607.109
Curto prazo	43.237.544	21.194.241
Longo prazo	20.771.834	10.412.868
PASSIVO		
Câmbio vendido a liquidar	30.517.640	15.193.494
Obrigações por compra de câmbio	33.574.448	16.266.609
Adiantamentos sobre contratos de câmbio - exportação	(6.1) (2.816.118)	(2.284.509)
Total	61.275.970	29.175.594
Curto prazo	40.938.969	19.045.021
Longo prazo	20.337.001	10.130.573

7.2 Ativos Fiscais Correntes e Diferidos

Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, os ativos fiscais correntes e diferidos apresentaram a seguinte movimentação:

Descrição	30.06.2023			Saldo em 30.06.2023	Saldo em 31.12.2022
	Saldo em 31.12.2022	Constituição	Realização		
Imposto de renda					
<i>Diferenças temporárias:</i>					
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	46.026	4.394	(4.594)	45.826	46.026
Ajuste de Spot x Ptax (B3)	25.490	-	(25.490)	-	25.490
Provisão títulos disponíveis para venda	48.390	-	(48.390)	-	48.390
Derivativos - Ajustes futuros	30.918	55.389	-	86.307	30.918
Provisão para riscos fiscais	132.877	4.841	-	137.718	132.877
Provisão para outros passivos contingentes	29.136	1.640	(2.783)	27.993	29.136
Provisão de avais e fianças	15.459	3.324	(3.320)	15.463	15.459
Provisão para outros passivos	63.105	30.065	(44.554)	48.616	63.105
Provisões diversas	15.862	1.448	(33)	17.277	15.862
<i>Prejuízo fiscal</i>	834	15.811	-	16.645	834
	408.097	116.912	(129.164)	395.845	408.097
Contribuição social					
<i>Diferenças temporárias:</i>					
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	36.821	3.515	(3.675)	36.661	36.821
Ajuste de Spot x Ptax (B3)	20.392	-	(20.392)	-	20.392
Provisão títulos disponíveis para venda	38.712	-	(38.712)	-	38.712
Derivativos - Ajustes futuros	24.734	44.312	-	69.046	24.734
Provisão para riscos fiscais	106.301	3.872	-	110.173	106.301
Provisão para outros passivos contingentes	23.309	1.312	(2.227)	22.394	23.309
Provisão de avais e fianças	12.366	2.660	(2.656)	12.370	12.366
Provisão para outros passivos	50.485	24.052	(35.643)	38.894	50.485
Provisões diversas	12.690	1.159	(27)	13.822	12.690
<i>Base negativa</i>	-	12.649	-	12.649	-
	325.810	93.531	(103.332)	316.009	325.810
Impostos e contribuições a compensar					
IRPJ e CSLL - antecipação	-	9.122	-	9.122	-
Demais impostos a compensar	29.975	7.548	(17.797)	19.726	29.975
	29.975	16.670	(17.797)	28.848	29.975
Total	763.882	227.113	(250.293)	740.702	763.882
Curto prazo				23.021	20.859
Longo prazo				717.681	743.023



A Administração, com base nas suas projeções de resultados, entende que irá auferir resultados tributáveis em até dez anos para absorver os créditos tributários registrados nas demonstrações financeiras. Essa estimativa é periodicamente revisada, de modo que eventuais alterações na perspectiva de recuperação desses créditos sejam tempestivamente consideradas nas demonstrações financeiras.

A expectativa de realização dos créditos tributários em 30 de junho de 2023 é:

<u>Projeção</u>	<u>2023</u>	<u>2024</u>	<u>2025</u>	<u>2026</u>	<u>2027</u>	<u>de 2028 até 2032</u>	<u>Total</u>
Créditos tributários	168.895	388.684	101.149	20.120	18.513	14.493	711.854
Saldo em 31.12.2022							733.907

O valor presente dos créditos tributários, em 30 de junho de 2023, é estimado em R\$494.523 (R\$533.272 em 12.2022), utilizando-se a taxa média de custo de captação estipulada para os respectivos períodos.

Com base na Resolução CMN nº 4.818 e Resolução BCB nº 02, os Créditos Tributários devem ser apresentados integralmente no longo prazo, para fins de balanço.

7.3 Diversos

Apresentamos abaixo a composição de devedores diversos.

<u>Descrição</u>	<u>30.06.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Devedores diversos - Exterior	6.700	225.507
Devedores diversos - País	40.360	9.550
Adiantamentos diversos	9.444	1.033
Devedores por depósitos em garantia	714.609	686.513
Total	771.113	922.603
Curto prazo	52.883	232.742
Longo prazo	718.230	689.861

8. INVESTIMENTO EM CONTROLADA NO PAÍS

Apresentamos abaixo a composição do investimento em controlada no país.

	<u>BNP Paribas</u>	
	<u>Asset Management Brasil Ltda.</u>	
	<u>30.06.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Informações relevantes sobre o investimento:		
Patrimônio Líquido	38.492	42.457
Resultado do período	265	4.231
Participação no capital	74,38%	74,38%
Resultado da participação em controlada	197	3.146
Valor contábil do investimento	28.630	31.579

9. DEPÓSITOS

Apresentamos abaixo a captação em depósitos por vencimento.

<u>Descrição</u>	<u>Em quantidade de dias</u>					<u>30.06.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
	<u>Sem</u>	<u>Acima</u>			<u>Total</u>		
	<u>vencimento</u>	<u>0-30</u>	<u>31-180</u>	<u>181-360</u>	<u>de 360</u>		
Depósito à vista	825.780	-	-	-	-	825.780	897.134
Depósito interfinanceiro	-	21.783	198.355	1.288.925	-	1.509.063	1.355.058
Depósito a prazo	-	873.801	3.019.618	4.427.549	592.591	8.913.559	7.039.305
Depósito em moeda estrangeira	-	-	-	336	226.400	226.736	246.328
Total	825.780	895.584	3.217.973	5.716.810	818.991	11.475.138	9.537.825
Curto prazo						10.656.147	8.453.744
Longo prazo						818.991	1.084.081



10. CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO

Apresentamos abaixo as captações no mercado aberto por data de retorno.

Descrição	Em quantidade de dias				Total 30.06.2023	Total 31.12.2022
	0-30	31-180	181-360	Acima de 360		
Carteira própria	1.201.033	982.063	-	-	2.183.096	1.482.729
Títulos públicos	20.119	-	-	-	20.119	50.697
Debêntures	1.180.914	982.063	-	-	2.162.977	1.432.032
Carteira de terceiros (*)	1.998.565	-	-	-	1.998.565	2.684.622
Carteira de livre movimentação (*)	1.549.372	771.303	282.457	745	2.603.877	2.362.610
Curto prazo					6.785.538	6.529.961
Longo prazo					6.784.793	6.529.961
(*) representado por títulos públicos					745	-

11. RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS

Apresentamos abaixo a captação em recursos de aceites e emissão de títulos por vencimento.

Descrição	Em quantidade de dias				Total 30.06.2023	Total 31.12.2022
	0-30	31-180	181-360	Acima de 360		
Letras Financeiras	293.456	120.309	596.159	81.845	1.091.769	2.252.307
Letras de Créditos de Agronegócio	-	-	-	-	-	8.068
Certificado de Operações Estruturadas	33.263	83.281	107.179	334.313	558.036	837.436
Total	326.719	203.590	703.338	416.158	1.649.805	3.097.811
Curto prazo					1.233.647	2.086.688
Longo prazo					416.158	1.011.123

12. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

Apresentamos abaixo a composição de Obrigações por Empréstimos e Repasses.

Descrição	30.06.2023			Total 31.12.2022
	Vencíveis até	Encargos	Total	
Obrigações em Moedas estrangeiras	22.01.2025	0,82% a 5,86% a.a.	6.237.910	5.663.282
Obrigações por empréstimos no exterior	18.12.2025	8,20% a 12,73% a.a.	1.236.290	1.235.942
Operações de Repasses do País - FUNCAFÉ	11.11.2024	4,00% a 8,00% a.a.	65.809	129.997
Repasses no Exterior	15.10.2026	0,82% a 12,38% a.a.	2.875.302	3.069.261
Total			10.415.311	10.098.482
Curto prazo			7.627.223	7.181.164
Longo prazo			2.788.088	2.917.318

13. OUTRAS OBRIGAÇÕES

13.1 Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas

Descrição	30.06.2023	31.12.2022
Provisão para impostos e contribuições sobre o lucro	-	81.977
Provisão para impostos e contribuições diferidos (*)	278.195	169.471
Total	278.195	251.448
Curto prazo	278.195	251.448

(*) Provisão para impostos e contribuições diferidos está relacionada com o ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, bem como decorrentes da variação entre as Taxas Spot e Ptax, no montante de R\$278.195 (R\$169.471 em 12.2022), tendo a variação como contrapartida de R\$23.569 no patrimônio líquido (sem impacto em 12.2022) e R\$85.155 no resultado (R\$68.867 em 12.2022).



13.2 Dívida Subordinada

Descrição	30.06.2023	31.12.2022
Dívida subordinada	879.342	982.496
Dívida subordinada (Perpétua)	972.981	1.069.326
Total	1.852.323	2.051.822
Curto prazo	49.961	99.246
Longo prazo	1.802.362	1.952.576

As dívidas subordinadas emitidas com base na Resolução CMN nº 4.192/13 estão representadas por recursos captados via contrato de empréstimo nos valores de US\$100 milhões e US\$105 milhões equivalentes a R\$432.863 e R\$446.479 (R\$488.417 e R\$494.079 em 12.2022), já acrescidos dos juros de 4,10% a.a. e 3,37% a.a., incorridos até 30 de junho de 2023, com vencimentos em janeiro de 2031 e janeiro de 2032, respectivamente.

As dívidas subordinadas perpétuas emitidas com base na Resolução CMN nº 4.955/21 estão representadas por recursos captados via contrato de empréstimo no valor de US\$118 milhões e US\$96 milhões equivalentes a R\$497.328 e R\$475.653 (R\$562.205 e R\$507.121 em 12.2022), já acrescido dos juros de 4,56% a.a. e 8,67% a.a., incorridos até 30 de junho de 2023. A dívida de US\$96 milhões foi emitida em 06 de dezembro de 2022 e aprovada pelo Banco Central do Brasil - BACEN em 17 de fevereiro de 2023, sendo considerada como Capital Complementar de Nível I a partir desta data.

13.3 Movimentação dos passivos contingentes

Apresentamos abaixo a movimentação dos passivos contingentes:

Descrição	Fiscais	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldo em 31.12.2022	531.509	16.909	99.637	648.055
Constituição	409	-	-	409
Reversão/Pagamento	-	(13)	(11.119)	(11.132)
Atualização monetária	18.951	808	5.752	25.511
Saldo em 30.06.2023	550.869	17.704	94.270	662.843
Saldo em 31.12.2022	531.509	16.909	99.637	648.055

Em 30 de junho de 2023, a provisão para riscos fiscais é composta: (i) da provisão para pagamento da COFINS e do PIS, no valor de R\$422.714 (R\$410.002 em 12.2022) e R\$42.758 (R\$41.452 em 12.2022), respectivamente, em que o Banco discute judicialmente a ampliação da base de cálculo estabelecida pelo Parágrafo 1º do art. 3º da Lei nº 9.718/98, respectivamente; (ii) provisão de R\$82.070 (R\$77.761 em 12.2022) referente ao ISS sobre operações de fianças, avais, câmbio e crédito e; (iii) provisão de R\$3.327 (R\$2.295 em 12.2022) referente à dedução do ISS da base do PIS e COFINS discutida judicialmente em que o Banco obteve sentença favorável.

Os passivos contingentes classificados como perda possível e remota não são reconhecidas contabilmente. Em 30 de junho de 2023, os riscos considerados como de perda possível se referem a trabalhistas de R\$28.504 e fiscais de R\$230.524 (R\$26.310 e R\$201.897 em 12.2022 respectivamente). Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, não existiam contingências de perdas possíveis de natureza cível.

Baseada nas opiniões de nossos consultores jurídicos, a Administração mantém registradas provisões para passivos contingentes em montante considerado suficiente para fazer face aos riscos decorrentes dos desfechos destes processos.

Com relação ao julgamento do Supremo Tribunal Federal (STF) dos Temas 881 (Recurso Extraordinário nº 949.297) e 885 (Recurso Extraordinário nº 955.227) de repercussão geral, que resolveu, em 8 de fevereiro de 2023, que decisões individuais definitivas (transitadas em julgado) perdem seus efeitos após e caso o STF decida em sentido contrário supervenientemente, confirmamos que, após revisão de decisões individuais definitivas em favor da Instituição no passado, não foi identificada exposição relevante em relação ao tema, sendo que, nenhuma provisão, segundo os preceitos do IAS 37 - Provisões, Passivos Contingente e Ativos Contingentes, foi necessária em 30 de junho de 2023 ou em exercícios anteriores.

13.4 Diversos

Apresentamos abaixo a composição de diversos:

Descrição	30.06.2023	31.12.2022
Valores a pagar à sociedade ligada	2.372	2.271
Provisão de despesas de pessoal	229.399	267.403
Provisão para despesas administrativas	71.031	65.409
Impostos e contribuições a recolher	31.883	47.768
Outras	29.992	28.955
Total	364.677	411.806
Curto prazo	305.721	270.933
Longo prazo	58.956	140.873



14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

14.1 Capital social

O capital social é representado por 236.432 ações ordinárias sem valor nominal, totalmente integralizadas.

14.2 Destinação de resultados

Conforme definido no Estatuto Social do Banco, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos de até 30% sobre o lucro líquido ajustado conforme disposto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

O resultado apurado no semestre findo em 30 de junho de 2023 no valor de R\$106.978 (R\$77.879 em 06.2022) teve a seguinte destinação: R\$5.349 (R\$3.894 em 06.2022) a título de Reserva Legal e R\$101.629 (R\$73.985 em 06.2022) em Lucros acumulados cuja destinação ocorrerá ao final do exercício.

15. RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Apresentamos abaixo a composição de Receitas de Prestação de Serviços.

<u>Descrição</u>	<u>30.06.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Rendas de administração de fundos de investimentos	34.825	41.441
Rendas de comissões de colocação de títulos	8.694	22.387
Rendas de prestação de serviços de terceiros	72.550	14.154
Rendas de outros serviços	9.641	9.182
Rendas de serviços de custódia	31.337	28.991
Rendas de garantias prestadas	43.622	33.568
Outras	1.128	1.838
Total	201.797	151.561

16. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Apresentamos abaixo a composição das despesas administrativas.

<u>Descrição</u>	<u>30.06.2023</u>	<u>30.06.2022</u>
Despesa de serviço do sistema financeiro	17.417	14.272
Despesa de processamento de dados	36.704	30.470
Despesa de serviço de terceiro	17.170	15.917
Despesa de aluguéis	9.117	8.086
Despesa de serviço técnico especializado	10.134	4.486
Outras	21.347	18.465
Total	111.889	91.696

17. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

Apresentamos abaixo a composição das despesas tributárias.

<u>Descrição</u>	<u>30.06.2023</u>	<u>30.06.2022</u>
Despesa de contribuição à COFINS	20.733	12.504
Despesa de contribuição ao ISS	8.809	6.111
Despesa de contribuição ao PIS	3.369	2.032
Outras	2.550	3.256
Total	35.461	23.903

18. RESULTADO DE OUTRAS PROVISÕES

Apresentamos abaixo a composição de outras provisões.

<u>Descrição</u>	<u>30.06.2023</u>	<u>30.06.2022</u>
Resultado de provisão de fianças prestadas	(18)	(9.243)
Resultado de provisão para contingências	(23.997)	(26.759)
Total	(24.015)	(36.002)



19. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

19.1 Outras Receitas Operacionais

Apresentamos abaixo a composição de outras receitas operacionais.

<u>Descrição</u>	<u>30.06.2023</u>	<u>30.06.2022</u>
Recuperação de encargos e despesas	16.007	1.064
Variação cambial	22	277
Variação monetária de depósitos judiciais/impostos a compensar	30.727	20.717
Outras	1.218	312
Total	47.974	22.370

19.2 Outras Despesas Operacionais

Apresentamos abaixo a composição de outras despesas operacionais.

<u>Descrição</u>	<u>30.06.2023</u>	<u>30.06.2022</u>
Comissão sobre fiança	2.851	2.741
Variação cambial	789	418
Outras	2.640	5.190
Total	6.280	8.349

19.3 Resultado não Recorrente

Apresentamos abaixo a composição do resultado não recorrente.

<u>Descrição</u>	<u>30.06.2023</u>	<u>30.06.2022</u>
Lucro líquido recorrente	108.591	78.399
Eventos não recorrentes	(1.613)	(520)
Despesas de pandemia - Covid 19 (*)	-	(105)
Multas e juros sobre pagamentos em atraso	(1.349)	(17)
Ressarcimento de erros operacionais	(264)	(419)
Receitas/(despesas) não operacionais (**)	-	21
Lucro líquido contábil	106.978	77.879

(*) Refere-se basicamente a despesa com protocolo de saúde e transportes.

(**) Refere-se basicamente a comissão sobre prestação de serviços para migração de ativos/clientes.

20. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O imposto de renda e contribuição social são compostas conforme abaixo.

<u>Descrição</u>	<u>30.06.2023</u>	<u>30.06.2022</u>
Lucro antes do imposto de renda, contribuição social e participações	199.567	141.804
(-) Participação dos empregados no lucro	(72.482)	(93.578)
Lucro antes do imposto de renda, contribuição social e juros sobre capital	127.085	48.226
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(57.188)	(21.702)
Ajustes decorrentes da legislação fiscal:		
Exclusões (adições) permanentes		
Resultado de equivalência patrimonial	89	1.655
Notas soberanas	25.357	35.868
Efeitos da majoração da alíquota da Contribuição Social - CSLL Diferida	-	3.090
Receitas não tributáveis / Despesas indedutíveis, doações e incentivos (*)	11.635	10.742
Total	(20.107)	29.653

(*) Inclui o efeito da majoração da alíquota da Contribuição Social conforme nota 3m.



21. OUTRAS INFORMAÇÕES

21.1 Compromissos, garantias e outras responsabilidades

O Banco, observando suas diretrizes de gerenciamento de riscos e considerando a conjuntura econômica atual e os riscos específicos de tais operações, constituiu provisão para perdas no montante conforme quadro abaixo e estão registradas em Outras Obrigações - Provisão para garantias prestadas.

"Rating"	Garantia Prestada							Total
	Fiança Bancária	"Performance bond"	Fiança de processos em juízo	"Advance payment bond"	Adiantamento de contrato	Pagamento de aluguel	"Bid bond"	
AA	2.596.429	3.338.612	2.118.621	24.973	276.777	66.940	377.679	8.800.031
A	1.146.642	459.001	186.456	11.388	85.325	5.687	23.366	1.917.865
B	924.247	95.010	107.543	-	49.483	1.506	67.200	1.244.989
C	-	8.851	3.095	-	-	-	-	11.946
D	2.600	-	-	-	-	-	-	2.600
Total 30.06.2023	4.669.918	3.901.474	2.415.715	36.361	411.585	74.133	468.245	11.977.431
PDD	33.862	13.325	8.926	759	2.302	236	2.439	61.849
Total 31.12.2022	4.465.463	4.025.216	2.406.221	17.793	375.984	124.496	365.867	11.781.040
PDD	33.672	15.728	8.363	105	2.266	377	1.320	61.831

21.2 Administração de recursos de terceiros

O Banco administra recursos de terceiros por meio de fundos de investimento e de carteiras administradas. O montante de recursos administrados totaliza R\$124.980.647 (R\$128.589.534 em 12.2022).

21.3 Operações vinculadas

As operações de crédito amparadas pela Resolução nº 2.921/02 e normas posteriores estavam representadas.

Descrição	30.06.2023				31.12.2022
	Ativo	Passivo	Receita (Despesa)		Ativo/(Passivo)
			Varição cambial	Juros	
Operação de crédito - Empréstimo	2.714.660	-	-	325.920	2.958.360
Empréstimos no exterior	-	(2.714.660)	(26.356)	195.405	(2.958.360)

21.4 Transações com partes relacionadas

21.4.1 Remuneração do pessoal-chave da Administração

O Banco é administrado por uma Diretoria formada por um Diretor-Presidente e Diretores. A remuneração atribuída à Diretoria no semestre representa benefícios de curto prazo de R\$12.092 (R\$18.616 em 06.2022) e benefícios de longo prazo de R\$1.712 (R\$1.181 em 06.2022). Não existem benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo ou remuneração em ações.

21.4.2 Transações com partes relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento a Resolução nº 4.818/2020 e CPC 05. Essas operações são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado.

As transações com partes relacionadas nas empresas do Grupo BNP Paribas estão demonstradas, conforme quadro abaixo:

Descrição		30.06.2023		31.12.2022	30.06.2022
		Ativo/ (Passivo)	Receita/ (Despesa)	Ativo/ (Passivo)	Receita/ (Despesa)
Aplicação/Captação em Depósitos interfinanceiros		5.024.164	525.433	5.597.832	198.315
Grupo Cetelem	Parte Relacionada	5.024.164	525.433	5.597.832	198.315
Aplicações em moedas estrangeiras		27.201	(5.915)	91.348	(21.308)
BNP Paribas - Paris	Controladora	26.741	(5.884)	91.128	(20.923)
Grupo BNP Paribas	Parte Relacionada	460	(31)	220	(385)
Aplicações/Obrigações em operações compromissadas		(2.750.193)	168.614	(3.303.416)	(214.234)
Grupo BNP Paribas	Parte Relacionada	(2.692.533)	164.912	(3.242.361)	(210.432)
Grupo Cetelem	Parte Relacionada	(57.660)	3.702	(61.055)	(3.802)



Descrição		30.06.2023		31.12.2022	30.06.2022
		Ativo/ (Passivo)	Receita/ (Despesa)	Ativo/ (Passivo)	Receita/ (Despesa)
Carteira de câmbio		191	(97.119)	(159.554)	(577.674)
BNP Paribas - Paris	Controladora	(2.421)	(84.081)	(86.729)	(576.241)
BNP Paribas Asset Management Brasil Ltda.	Controlada	(75)	(40)	-	-
Grupo Arval	Parte Relacionada	-	(62)	-	142
Grupo BNP Paribas	Parte Relacionada	2.687	(16.065)	(72.825)	(1.909)
Grupo CARDIF	Parte Relacionada	-	3.141	-	194
Grupo Cetelem	Parte Relacionada	-	(12)	-	140
Cotas de fundos de investimentos		5.265.932	(742.953)	4.167.625	1.442.025
Grupo BNP Paribas	Parte Relacionada	5.265.932	(742.953)	4.167.625	1.442.025
Depósitos a prazo		(6.998)	(1.351)	(3.472)	(1.406)
Grupo Arval	Parte Relacionada	(7.609)	(1.316)	(2.801)	(1.361)
Grupo BNP Paribas	Parte Relacionada	611	(35)	(671)	(45)
Depósitos a vista		(92.814)	-	(128.636)	-
BNP Paribas - Paris	Controladora	(45.259)	-	(124.880)	-
BNP Paribas Asset Management Brasil Ltda.	Controlada	(50)	-	(90)	-
Grupo Arval	Parte Relacionada	-	-	(2.800)	-
Grupo BNP Paribas	Parte Relacionada	(47.246)	-	(504)	-
Grupo CARDIF	Parte Relacionada	(33)	-	(9)	-
Grupo Cetelem	Parte Relacionada	(226)	-	(353)	-
Derivativos a Receber/(a Pagar)		(2.417.752)	(1.176.985)	(861.424)	(3.639.559)
BNP Paribas - Paris	Controladora	(5.203)	2.963	(2.073)	890
Grupo BNP Paribas	Parte Relacionada	(2.412.549)	(1.179.948)	(859.351)	(3.640.449)
Devedores/Credores diversos		23.201	5.684	232.995	5.378
BNP Paribas - Paris	Controladora	1.458	550	223.469	1.147
Grupo Arval	Parte Relacionada	1.156	281	693	339
Grupo BNP Paribas	Parte Relacionada	10.796	2.410	8.833	1.369
Grupo CARDIF	Parte Relacionada	6.093	1.461	-	1.509
Grupo Cetelem	Parte Relacionada	3.698	982	-	1.014
Disponibilidade em moeda estrangeira		3.885	412.161	26.185	(201.932)
BNP Paribas - Paris	Controladora	491	33.144	-	(113.633)
Grupo BNP Paribas	Parte Relacionada	3.394	379.017	26.185	(88.299)
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio a Pagar		(13.200)	-	(13.200)	-
BNP Paribas - Paris	Controladora	(13.200)	-	(13.200)	-
Investimento em controlada no País		28.630	197	31.579	3.677
BNP Paribas Asset Management Brasil Ltda.	Controlada	28.630	197	31.579	3.677
Obrigações por empréstimos e repasses		(9.415.432)	255.539	(9.034.376)	278.634
BNP Paribas - Paris	Controladora	(8.163.865)	322.239	(8.063.405)	281.056
Grupo BNP Paribas	Parte Relacionada	(1.251.567)	(66.700)	(970.971)	(2.422)
Operações de Crédito		226.827	10.039	262.022	4.369
Grupo Arval	Parte Relacionada	147.866	10.039	145.371	4.369
Grupo CARDIF	Parte Relacionada	78.961	-	116.651	-
Ordem de pagamento em moeda estrangeira		(2)	-	(3)	3
BNP Paribas Asset Management Brasil Ltda.	Controlada	(1)	-	(1)	-
Grupo Arval	Parte Relacionada	-	-	(1)	-
Grupo CARDIF	Parte Relacionada	(1)	-	(1)	-
Grupo Cetelem	Parte Relacionada	-	-	-	3
Outras obrigações - Dívida Subordinada		(1.852.323)	114.772	(2.051.822)	142.063
BNP Paribas - Paris	Controladora	(1.852.323)	114.772	(2.051.822)	196.876
Grupo BNP Paribas	Parte Relacionada	-	-	-	(54.813)
Resultado de Corretagem		-	(4.847)	-	4.862
BNP Paribas - Paris	Controladora	-	(4.842)	-	-
Grupo BNP Paribas	Parte Relacionada	-	(5)	-	4.862
Valores a Receber/(a Pagar) de sociedade ligada		(2.372)	-	(2.271)	-
Grupo BNP Paribas	Parte Relacionada	(300)	-	-	-
BNP Paribas Asset Management Brasil Ltda.	Controlada	(2.072)	-	(2.271)	-



22. GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Banco na qualidade de instituição líder do Conglomerado Prudencial BNP Paribas, observa os princípios estabelecidos na Resolução nº 4.557 e pelas suas atualizações publicada pelo Banco Central do Brasil em 23 de fevereiro de 2017, que aprimora, amplia e consolida as regras e procedimentos para Gestão de Riscos e de Capital.

22.1 Risco de Crédito

O risco de crédito é definido como a possibilidade de perdas associadas a: não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados; desvalorização em instrumento financeiro decorrente da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador; reestruturação de instrumentos financeiros ou custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos. Como contrapartes consideram-se o tomador de recursos, o garantidor e o emissor de título ou valor mobiliário adquirido. No Banco BNP Paribas, o risco de crédito é monitorado por duas áreas globais de gerenciamento de risco de crédito: RISK Corporate para clientes corporativos, e RISK Institutionals & Security Services ("RISK I2S") para clientes institucionais. A área de RISK Corporate atua de acordo com as políticas e procedimentos globais de crédito do Grupo BNP Paribas, e tem presença em São Paulo, com uma equipe reportando hierarquicamente ao responsável regional baseado em Nova York, que avalia e define a remuneração dos funcionários da área. Localmente essa área reporta também ao CRO do Conglomerado Prudencial BNP Paribas Brasil, em relação com sua responsabilidade por avaliar a interpretação e a implantação das normativas locais, bem como pelo acompanhamento das métricas e limites monitorados no Comitê de Riscos. A área de RISK Institutionals & Security Services (RISK I2S) segue os mesmos princípios da área de RISK Corporate. O relatório completo sobre a gestão integrada de riscos e capital está disponível no endereço eletrônico (brasil.bnpparibas).

22.2 Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, bem como eventos externos. Inclui-se, também, o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pelo Banco BNP Paribas Brasil, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pelo banco. A área responsável pelo monitoramento do risco operacional globalmente no Grupo BNP Paribas é o RISK ORC (Operational Risk Control). Tem presença em São Paulo com um time reportando hierarquicamente ao responsável regional baseado em Nova York, que avalia e define a remuneração dos funcionários da área. Localmente essa área reporta também ao CRO do Conglomerado Prudencial BNP Paribas Brasil e é responsável por avaliar a interpretação e a implantação de normas do Grupo e normativos locais, bem como pelo acompanhamento das métricas e limites de risco de mercado monitorados no Comitê de Riscos. Da mesma forma como acontece com os demais riscos do BNPP, essa organização reforça a independência da área de monitoramento de risco em relação às linhas de negócios.

As diretrizes gerais de controles internos são definidas pelo Comitê de Controles Internos, denominado ICC (Internal Controls Committee), que também monitora a efetiva implantação das políticas.

Os principais riscos identificados pela área de RISK ORC e reportados em ICC também são monitorados no Comitê de Riscos do Conglomerado Prudencial, através de métricas e limites definidos na Declaração de Apetite por Riscos, RAS (Risk Appetite Statement). O relatório completo sobre a gestão integrada de riscos e capital está disponível no endereço eletrônico (brasil.bnpparibas).

22.3 Risco de Mercado

O risco de mercado pode ser definido como a variação no valor dos ativos financeiros que possam gerar perdas para instituição decorrentes da variação de parâmetros de mercado tais como cotações de câmbio, ações, commodities, taxas de juros e indexadores como os de inflação por exemplo. As atividades de negociação (trading) do Conglomerado são baseadas em uma abordagem voltada a intermediação e a formação de mercado para o cliente, aproveitando-se da presença global nas atividades com clientes Corporate e Institucionais, em conformidade com todas as leis e regulamentações, incluindo normas francesas (French Banking Law) e norte-americanas (Volcker Rule). O Conglomerado procura manter um nível de risco de mercado adequado com o modelo de negócios voltado ao cliente e restringe continuamente o nível de perda máxima por risco de mercado em um cenário de estresse. O Conglomerado tem também como objetivo a proteção contra incertezas na valorização de produtos complexos e de baixa liquidez, dado que esse tipo de risco é sensível em relação às mudanças na economia, tem limitada margem de manobra para mitigação e provavelmente um alto custo para sair da posição. Consequentemente, o Conglomerado procura garantir que os portfólios formados por instrumentos complexos tenham um nível de investimento gerenciável e uma concentração limitada. O relatório completo sobre a gestão integrada de riscos e capital está disponível no endereço eletrônico (brasil.bnpparibas).

22.4 Risco de Liquidez

O risco de liquidez é definido como a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e a possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado. O gerenciamento da liquidez do conglomerado é feito pelo Comitê de Ativos e Obrigações (Assets and Liabilities Committee) denominado ALCO. A área de negócios responsável por operacionalizar as decisões do ALCO é a ALM Treasury (ALMT) baseada em São Paulo com reporte hierárquico ao Head do Território. A área responsável pelo monitoramento do risco de liquidez globalmente no Grupo BNP Paribas é o RISK ALMT. Tem presença em São Paulo com uma equipe reportando hierarquicamente ao responsável regional baseado em Nova York, que avalia e define a remuneração dos funcionários da área. Localmente essa área reporta também ao CRO do Conglomerado Prudencial BNP Paribas Brasil e é responsável por opinar na interpretação e na implantação de exigências oriundas de regulações e normativos locais relacionados a risco de liquidez e pelo acompanhamento das métricas e limites de risco de liquidez monitorados no Comitê de Riscos. Essa organização reforça a independência da área de monitoramento de risco em relação às linhas de negócio. O relatório completo sobre a gestão integrada de riscos e capital está disponível no endereço eletrônico (brasil.bnpparibas).



22.5 Política de Teste de Estresse

De acordo com a resolução BACEN nº 2/2020 art. 35 item I, apresentamos a seguir informações sobre ativos e passivos cujos valores contábeis possam sofrer alterações significativas no próximo exercício social.

Natureza dos ativos e passivos envolvidos:

- carteira de negociação;
- derivativos na carteira bancária não sujeitos a fair value hedge;
- títulos públicos marcados a mercado na carteira bancária;
- exposição cambial líquida na carteira bancária (FXRBB);
- dívida subordinada em moeda estrangeira.

Cenários de estresse de valorização desses ativos: falta atualização

São cenários validados como adversos e adequadamente severos de acordo com a governança de gerenciamento do risco de mercado do Banco, impactando de maneira simultânea os principais parâmetros de mercado sobre um período de 10 dias.

- Cenário de "Choque Positivo": redução do USD spot em 12% e da volatilidade implícita do câmbio em 60%; redução de juros em BRL na curva até 2 anos em 180bps e na curva de 2 anos até 20 anos em 150bps; redução paralela na curva de cupom em 150bps; redução paralela na curva de cupom de IPCA em 150bps; e redução do spread dos bônus do tesouro em 25bps.
- Cenário de "Choque Negativo": aumento do USD spot em 15% e da volatilidade implícita do câmbio em 300%; aumento de juros em BRL na curva até 2 anos em 250bps e na curva de 2 anos até 20 anos em 300bps; aumento paralelo na curva de cupom em 250bps; aumento paralelo na curva de cupom de IPCA em 250bps; e aumento do spread dos bônus do tesouro em 50bps.

Impactos dos cenários de estresse:

<u>Cenário</u>	<u>Impacto sobre resultados antes de impostos (milhões de BRL)</u>	<u>Impactos diretos sobre Capital (milhões de BRL)</u>
Choque positivo	(25)	20
Choque negativo	4	(171)

22.6 Outros Riscos Relevantes

Também são considerados Riscos Relevantes: risco de variação das taxas de juros para os instrumentos classificados na carteira bancária ("banking book"), definido como risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição para os instrumentos classificados na carteira bancária; risco socioambiental, definido como a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais; e risco de compliance. Os riscos considerados como relevantes são identificados, mensurados, avaliados, monitorados, reportados, controlados e mitigados. O relatório completo sobre a gestão integrada de riscos e capital está disponível no endereço eletrônico (brasil.bnpparibas).

23. GESTÃO DE CAPITAL

A estrutura de gerenciamento de capital abrange as instituições do Conglomerado Prudencial do BNP Paribas Brasil e é efetuada através do Comitê de Monitoramento de Capital.

Comitê de Monitoramento de Capital

A principal função do Comitê de Monitoramento do Capital é auxiliar as Diretorias Estatutárias no cumprimento de suas responsabilidades de gerenciamento de capital de cada Entidade e do Conglomerado. O CMC é coordenado pela área de Finance do Banco BNP Paribas, entidade líder do Conglomerado.

As atribuições do Comitê de Capital abrangem os itens a seguir:

- Monitorar e controlar o capital mantido pelo Conglomerado.
- Avaliar a necessidade de capital face aos riscos incorridos pelo Conglomerado.
- Recomendar anualmente às Diretorias:
 - Plano de capital de acordo com os objetivos estratégicos do Conglomerado.
 - Plano de contingência de capital.
- Incorporar resultados do programa de teste de estresse nos planos de capital.
- Propor recomendações sobre a Política de Gestão Integrada de Riscos e Capital ao Comitê de Riscos.
- Validar anualmente a destinação de resultados a ser proposta ao Group Finance - Gestion Financière (matriz).
- Enviar para aprovação ou ao conhecimento da Diretoria Estatutária quaisquer fatos que os membros julgarem relevante bem como os requisitos regulatórios que necessariamente devem passar pela Diretoria Estatutária.



CAPITAL REGULATÓRIO - LIMITES DE BASILEIA

Segue demonstração do Capital Regulatório para atendimento do limite de Basileia.

	<u>30.06.2022</u>	<u>31.12.2022</u>
Patrimônio de Referência - PR (*)		
Nível I	4.950.003	4.416.257
Capital Principal	3.977.022	3.854.052
Capital Complementar	972.981	562.205
Nível II	862.979	944.299
Total PR	5.812.982	5.360.556
Exigibilidades para cobertura dos Ativos Ponderados pelo Risco		
De Crédito	28.383.078	26.018.165
De Mercado	4.600.479	3.608.894
Operacional	4.480.156	4.542.838
Ativos ponderados pelo risco	37.463.713	34.169.897
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido	2.997.097	2.733.592
Margem em relação ao Patrimônio de Referência Mínimo Requerido	2.815.885	2.626.963
Índice da Basileia (PR/RWA)	15,5%	15,7%
Índice de Capital Principal (CP/RWA)	10,6%	11,3%
Índice do Nível I (NI/RWA)	13,2%	12,9%

(*) Patrimônio de Referência do Conglomerado Prudencial.

O PR nível II - está composto por dívidas subordinadas de US\$100 milhões e US\$105 milhões, emitida em 22 de julho de 2020 e 14 de setembro de 2021, e aprovada pelo Bacen em 26 de janeiro de 2021 e 30 de novembro de 2021 respectivamente.

O PR nível I - Capital Complementar está composto por dívidas perpétuas de US\$118 milhões e US\$96 milhões, emitidas em 09 de dezembro de 2021 e 06 de dezembro de 2022, e aprovadas pelo Bacen em 05 de julho de 2022, em 17 de fevereiro de 2023, respectivamente.

O relatório completo sobre a gestão integrada de riscos e capital está disponível no endereço eletrônico (brasil.bnpparibas).

24. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 1º de Agosto de 2023, o Diário Oficial da União publicou a aprovação do Banco Central do Brasil - BACEN sobre a incorporação do Banco Cetelem S.A., antes uma subsidiária do grupo ao Banco BNP Paribas Brasil S.A.

O Banco Cetelem concentrava a área de Personal Finance com um amplo portfólio de cartões dos maiores varejistas do país e soluções de financiamento para pessoas físicas, que passa a ser agora uma unidade de negócios do Banco BNP Paribas Brasil S.A.

CONTADOR

Marcelo Marques Sellan - CRC 1SP213451/O-8



São Paulo

Av. Pres. Juscelino Kubitschek, 1909 | Torre Sul - 10º andar

São Paulo / SP | CEP: 04543-907

+55 11 3841-3100 | +55 11 2360-3100



BNP PARIBAS

O banco
para um mundo
em mudança